



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001045-68.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Eder Thamos**
 Requerido: **Bv Financeira Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

EDER THAMOS ajuizou ação visando à revisão de contrato bancário em face de BV FINANCEIRA S/A sustentando, em essência, que firmou contrato de financiamento no valor de R\$ 13.500,00, maculado por vício de consentimento, porquanto não soube que deveria pagar valores referentes ao cadastro, registro do contrato e similares, os quais totalizam R\$ 1.926,64. Pede a anulação de cláusulas contratuais e a condenação da ré na repetição do indébito.

O processo permaneceu suspenso por determinação do STJ que afetou o tema como recurso repetitivo (fl. 23).

O requerido foi citado e apresentou resposta às fls. 35/43 contrapondo os argumentos do autor. Requereu a improcedência dos pedidos.

Houve réplica (fls. 50/52).

A parte autora postulou a produção de prova pericial.

É o relatório. DECIDO.

O processo deve ser julgado no estado em que se encontra, independentemente da produção de outras provas, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Os pedidos são improcedentes.

Não se trata de hipótese de inversão do ônus da prova porque a matéria independe de prova técnica na qual se anteveja a hipossuficiência do requerente em relação ao requerido, consoante estabelece o artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

O E. Superior Tribunal de Justiça, analisando questão de repercussão geral, decidiu que nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008, fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96, é válida a previsão das tarifas de abertura de crédito, de emissão de carnê, ou outra denominação para o mesmo fato gerador (Resp 1251331).

Após a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, a cobrança por serviços bancários ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma expedida pela autoridade monetária, impossibilitando, doravante a livre contratação. No entanto, permanece válida a Tarifa de Cadastro tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, desde que cobrada apenas no início da relação contratual. (Resp 1.255.573/RS e Resp 1.251/RS).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

As outras tarifas refutadas são da mesma natureza merecendo interpretação correlata à adotada com relação à Tarifa de Cadastro pelo Colendo STJ, uma vez que a decisão vinculante se refere apenas às tarifas expressamente declaradas nos aludidos recursos especiais.

Nessa esteira, o que se depreende do instrumento de contrato que instruiu a inicial é que referidas despesas foram instituídas no início da avença para um único pagamento (fls. 14 verso), sendo voluntariamente pactuadas.

Portanto, não é razoável alegar desconhecimento ou surpresa quanto aos índices e tarifas aplicados, já que expressamente previstos no contrato.

Além disso, a Resolução nº 3518/07 do Banco Central ampara a cobrança das tarifas.

Nessa linha tem se manifestado o Tribunal de Justiça de São Paulo. Verifique-se: *"CONTRATO DE FINANCIAMENTO - Pretensão de que seja mantida a cobrança da tarifa de cadastro e a cobrança por serviços de terceiros, conforme contrato firmado entre as partes - Cabimento - Hipótese em que tais taxas de serviços se encontram previstas no contrato, com os valores a serem pagos expressamente pactuados, de forma que é possível a sua cobrança, nos termos previstos no art. 1º da Resolução nº 3518/07 do BACEN - Precedentes do STJ - RECURSO PROVIDO"* (Apelação n. 0003438-67.2010.8.26.0589, rel. ANA DE LOURDES COUTINHO SILVA, DJ 21.03.2012).

As tarifas denominadas "registro de contrato", "tarifa de avaliação do bem" e "tarifa de cadastro" não geraram desequilíbrio contratual, pois cobradas uma única vez, especialmente porque a parte autora concordou com o pagamento no momento da realização do negócio. Tinha conhecimento de que deveria arcar com o pagamento das tarifas e expressou livremente sua aquiescência.

Assim: *"Arrendamento mercantil. Ação revisional de contrato c.c. repetição de indébito. Alegação de cobrança abusiva. Pretendida a devolução dos valores pagos a título de tarifas administrativas. Ação julgada parcialmente procedente. Apelação da ré. Alegada decadência do direito da autora. Discussão de cláusulas contratuais que não diz respeito à responsabilidade pelo vício do produto. Pretensão que tem por fundamento suposto enriquecimento ilícito da ré e não má prestação de serviços. Demanda sujeita ao prazo decenal previsto no artigo 205 do Código Civil. Decadência afastada. Discussão acerca da legalidade de cobrança das tarifas administrativas. Tarifa de abertura de cadastro (TAC) - cobrança permitida se baseada em contrato celebrado até 30/04/2008. A partir dessa data, com a vigência da Res. CMN nº 3.518/2007, a tarifa de abertura de cadastro pode ser cobrada apenas uma única vez, no início do relacionamento entre consumidor e instituição financeira. Falta de comprovação de cobrança dúplice. Cobrança legítima. Ausência de abusividade. Serviços de terceiro, registro de gravame/contrato, tributos por parcela ou outro nome para o mesmo fato gerador. Cobrança legal com suporte nas Resoluções 3518/07, 3693/2009, 3.919/2010 e 3.954/2011 do Banco Central. Previsão contratual e aceitação pelo cliente quando da assinatura do contrato. Falta de demonstração de vantagem excessiva da instituição financeira. Repetição do indébito não acolhida. Ausente má-fé na cobrança dos encargos. Recurso adesivo da autora. Prejudicado. Sentença reformada. Ação julgada improcedente. Recurso da ré parcialmente provido e prejudicado o recurso da autora"* (Apelação nº 0019266-30.2011.8.26.0408, Des. Rel. FRANCISCO OCCHIUTO JÚNIOR, 08/05/2014).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Sucumbente, arcará o autor com custas e despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, observado o artigo 12 da Lei 1.060/50.

Caso haja interposição de apelação, oportunizada a apresentação de contrarrazões em caso de eventual recurso adesivo, inclusive, remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P. R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 19 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**